



FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO: _____	COMPONENTE CURRICULAR: Política e Gestão da Educação I	
UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE: Faculdade de Educação		SIGLA: FACED
CH TOTAL TEÓRICA: 60	CH TOTAL PRÁTICA: 0	CH TOTAL: 60

OBJETIVOS

- Possibilitar a compreensão crítica do processo de constituição e reformulação do sistema educacional brasileiro, à luz de seu aparato legal;
- Promover a análise da legislação educacional, considerando seu conteúdo e seu significado, como uma constituição sócio histórica.

EMENTA

Os movimentos sociais da década de 80 e a Constituição Federal de 1988. Globalização e educação. As reformas educacionais dos anos 90. A LDB 9394/96. A organização da Educação Nacional – União, Estados e Município.

PROGRAMA

Unidade I: Os movimentos sociais da década de 80 e a Constituição Federal de 1988.

I - Contexto sócio cultural das políticas educacionais nos anos 80 e 90.

1. Reforma da Reforma -: Lei nº. 7044 / 82
2. Educação na Constituição de 1988
3. A crise dos anos 70/90 e o projeto educacional
4. Movimentos Sociais da década de 80/90

5. A política neoliberal para América Latina

Unidade II: A LDB 9394/96. A organização da Educação Nacional – União, Estados e Município.

- O Sistema Educacional Brasileiro
 1. Noção de sistema
 2. Sistema de ensino brasileiro
 3. Níveis de Administração do Sistema de Ensino
- Estrutura Administrativa e Didática do Sistema de Ensino
 4. Estrutura e funcionamento da educação básica.
- Educação Infantil
- Ensino Fundamental
- - Emenda Constitucional nº. 14 / 96
- - Lei nº. 9424 / 96
- Ensino Médio
- Educação de jovens e adultos
- Educação especial
- Educação a distância
- Educação profissional
- Estrutura e funcionamento da Educação Superior
- Profissionais da educação.
- Estado e política de formação do professor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Congresso Nacional. LEI n.º 9.424 de 24 de dezembro de 1996. Institui o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. BRASÍLIA: INEP, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. BRASÍLIA: Imprensa Nacional, 1988. (artigos 5º, 6º, 202 a 214 a artigo 60 a 62 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias).

OLIVEIRA, R. P. da; ADRIÃO, T. (org). Organização do ensino no Brasil. São Paulo: Xamã, 2002.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20.12.96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Brasília: [s.n.], 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Naura Syria Carapeto e AGUIAR, Márcia Angela da S. (orgs.). *Gestão da educação: Impasses, perspectivas e compromissos* São Paulo: Cortez, 2000.

PINTO, Diana Couto (org.) *Trajetórias de liberais e radicais pela educação pública*. São Paulo: Loyola, 2000.

DAVIES, Nicholas. *O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

GENTILI, Pablo e Alencar, Chico. *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1994.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. *Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação*. São Paulo: Pioneira, 1999.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia M. e EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu e GENTILI, Pablo (orgs.). *Escola S. A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

VALENTE, Ivan. *Plano Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

APROVAÇÃO

22 / 06 / 2017
Universidade Federal de Uberlândia
Profa. Dra. Mariana Neme Inácio
Coordenadora do Curso de Graduação
em Pedagogia a Distância / FAGED
Portaria R. 1815 de 03/12/2015
Carimbo e assinatura do Coordenador do Curso

22 / 06 / 2017
Valéria Aparecida Dias Lacerda de Resende
Carimbo e assinatura do Diretor da
Unidade Acadêmica
Universidade Federal de Uberlândia
Profa. Dra. Valéria Aparecida Dias Lacerda de Resende
Diretora Pro Tempore da Faculdade de Educação
Portaria R N° 786/17